

A Gestão do Risco do Terrorismo Islâmico num Estado Frágil: O Caso de Moçambique

Traduzido de: The Risk Management of Islamic Terrorism in a Fragile State: The Case of Mozambique

Luca Bussotti

Problems of Management in the 21st Century

Precisa citar este papel?

Receba a citação nos estilos
MLA, APA ou Chicago

Quer mais papéis como este?

Faça o download de um pacote PDF de artigos
relacionados

Pesquise no catálogo de 40 milhões de artigos
gratuitos da Academia

A Gestão do Risco do Terrorismo Islâmico num Estado Frágil: O Caso de Moçambique

Luca Bussotti

Problems of Management in the 21st Century

[Original Paper](#) 

Abstrato

O terrorismo islâmico tem sido uma séria ameaça para a África Oriental e Austral desde a década de 1990. Muitos destes países africanos desenvolveram diferentes formas de luta contra o terrorismo islâmico, desde uma intervenção militar a políticas sociais, de forma a melhorar as condições socioeconómicas gerais da sociedade como um todo. Em Moçambique não foi adoptada nenhuma medida específica para fazer face à difusão do terrorismo, deixando que formas radicalizadas de islamismo se alastrassem sobretudo em Cabo Delgado, província do Norte fronteiriça com a Tanzânia. Investigação destinada a abordar o terrorismo islâmico em Cabo Delgado de acordo com a estratégia de prevenção e gestão de riscos do Estado moçambicano. Este estudo demonstra que durante o segundo mandato de Guebuza como Chefe de Estado, Moçambique teve de enfrentar três diferentes ameaças potenciais. No entanto, o governo moçambicano identificou duas destas ameaças como prioritárias (nomeadamente a pirataria somali no Canal de Moçambique e a ação da Renamo), negligenciando possíveis ataques terroristas islâmicos na província de Cabo Delgado. Este estudo demonstra - usando testemunhas privilegiadas, bem como fontes abertas disponíveis na esfera pública - que esta escolha foi típica de um Estado frágil e autoritário. Em primeiro lugar, não se baseava numa análise de risco objectiva, mas sim em interesses políticos e patrimoniais da elite política e, em segundo lugar, a sociedade civil local não podia opor qualquer resistência. Esta escolha permitiu que grupos radicais islâmicos crescessem sem perturbações em Cabo Delgado, até perpetrar violentos ataques a partir de outubro de 2017, que o governo moçambicano parece incapaz de contrariar até hoje.

Introdução

Uma das principais características de Moçambique, enquanto Estado nacional, sempre foi um elevado nível de tolerância religiosa e a ausência de conflitos religiosos. A guerra civil entre o governo de partido único, a Frelimo, e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique, principal partido da oposição) durou 16 anos (1976)(1977)(1978)(1979)(1980)(1981)(1982)(1983)(1984)(1985)(1986)(1987)(1988)(1989)(1990)(1991)(1992) e continua até hoje, depois de mais de 20 anos de aparente paz; no entanto, nunca teve motivações religiosas. Esta convivência pacífica é demonstrada pelo mosaico religioso que caracteriza este país, com cerca de 53% de fiéis cristãos (com prevalência de adeptos católicos), quase 19% de muçulmanos e quase 30% de religiões tradicionais (ACN Internacional, 2018). Os muçulmanos concentram-se em algumas províncias do Norte, sobretudo ao longo da costa, como Nampula, Cabo Delgado, parte do Niassa e, no Sul, na capital Maputo. Pode-se pensar que é por este pano de fundo histórico que o governo moçambicano ignorou sistematicamente os sinais de uma nova ameaça religiosa vinda de grupos islâmicos radicalizados que vivem na província de Cabo Delgado. Provavelmente, isto é apenas uma pequena parte do que está a acontecer, e que o governo moçambicano teve enormes responsabilidades em subestimar uma ameaça que era bem conhecida, por um misto de razões políticas e financeiras. Além disso, Moçambique foi o último país, na África Austral e Oriental, a sofrer ataques extremistas, uma vez que países como Tanzânia, Quênia, Somália passaram desta situação desde a década de 1990.

O objetivo desta pesquisa foi compreender como as instituições moçambicanas têm lidado com um novo risco constituído pelo terrorismo islâmico, considerando três elementos fundamentais: 1. A gestão política e militar desta situação, sob a ótica da prevenção e mitigação do risco; 2. As decisões estratégicas do governo moçambicano face aos múltiplos riscos que o país teve de enfrentar e gerir, especialmente no período 2013-2014; 3. As contradições evidenciadas pela análise e gestão do risco por parte do governo moçambicano, que permitiu a difusão de uma guerra terrorista na Província de Cabo Delgado.

A principal hipótese era que, desde o início da década de 2010, o governo moçambicano não considerou o terrorismo islâmico como um risco estratégico, privilegiando outra suposta ameaça. Esta atitude fez do governo moçambicano o principal responsável pela difusão do extremismo islâmico na província de Cabo Delgado. Os dois principais determinantes para explicar esta atitude encontram-se em duas características estruturais do Estado moçambicano: a fragilidade e o autoritarismo.

Gerenciando o Islã: uma breve visão histórica

Para compreender porque é que as questões religiosas não podem ser consideradas uma ameaça para Moçambique, vale a pena apresentar um breve panorama do Islão neste

país.

As autoridades moçambicanas trataram as questões religiosas de várias maneiras de acordo com diferentes épocas históricas. Imediatamente após a sua independência política, em 1975, Moçambique optou por uma organização socialista do Estado (oficialmente desde a sua adesão ao marxismo-leninismo, em 1977, até à aprovação de uma nova Constituição democrática, em 1990). De acordo com sua Constituição de 1975, a religião era permitida como opção privada, mas, na verdade, sofria restrições significativas. Este foi especialmente o caso da Igreja Católica, que foi considerada uma ferramenta diretamente ligada à antiga potência colonial, Portugal. Consequentemente, o estado procedeu a uma onda de nacionalizações que incluíam propriedades religiosas durante este primeiro período de independência (Decreto n. 5/76), bem como perseguições contra representantes de religiões tradicionais (curandeiros), considerados "obscurantistas" e largamente deportados. As deportações para os "campos de reeducação" do Norte do país, sobretudo do Niassa, foram praticadas contra dissidentes políticos, chefes tradicionais e representantes de algumas religiões, sobretudo Testemunhas de Jeová (Thomaz, 2008).

Apesar desta abordagem geral das questões religiosas, o governo socialista moçambicano tentou estabelecer - no início da década de 1980 - uma relação favorável com a sua comunidade islâmica. O Islão tinha penetrado em Moçambique desde o século VIII, e o regime português tentou utilizar o grupo muçulmano mais antigo do Norte de Moçambique, o Sufi, em detrimento de um Islão mais urbano, o Wahhabismo, formado em Moçambique na década de 1960 por Povo indo-moçambicano, com base central na mesquita Lourenço Marques Anuaril (Bonate, 2007). Algumas irmandades do Norte resistiram à ocupação portuguesa, participando activamente na luta de libertação levada a cabo pela Frelimo. A razão desta opção política tem de ser encontrada na perseguição da colonização portuguesa contra os muçulmanos, bem como no apoio da tanzaniana TANU (Tanganyika African National Union) à Frelimo. A TANU era maioritariamente composta por muçulmanos, o que serviu de "ponte" com a Frelimo e a sua luta pela libertação de Moçambique.

No entanto, após as alterações constitucionais em 1978-79 (Nhauelêque, 2018), as duas tendências islâmicas moçambicanas formaram uma associação islâmica única, de forma a fazer face à nova situação legal e política. Em 1981 foi constituído em Maputo um Conselho Islâmico de Moçambique, nomeando Abubacar Ismael "Mangira" como seu primeiro presidente (Bonate, 2007). No entanto, a grande influência da ideologia moderna do wahhabismo, bem como a preferência por esta tendência pelo governo de partido único liderado pela Frelimo, provocaram uma cisão no seio do Conselho, induzindo os Sufis a criarem uma organização independente, denominada Congresso Islâmico de Moçambique, em 1983. Ainda hoje existe esta divisão, com uma presença significativa do Congresso Islâmico no Norte de Moçambique e uma estreita ligação com pequenas irmandades, chefias tradicionais e autarquias locais, expressando uma tendência política de oposição ao

poder da Frelimo. Pelo contrário, o Conselho Islâmico continua dominado por ricas chefias asiático-moçambicanas, fortemente presentes no Sul, sobretudo em Maputo. O Conselho Islâmico mantém profundas ligações políticas e económicas com a Frelimo. Alguns dos seus principais representantes laicos, a partir da década de 1990, ingressaram na elite dominante da Frelimo em cargos institucionais e empresariais chave (Morier-Genoud, 2007), como é o caso -só para recordar os mais recentes- de Gabriel Salimo, Ministério da Ciência de Tecnologia, Abdul Carimo, Presidente da Comissão Nacional Eleitoral e Salimo Abdul, CEO da Vodacom Moçambique, amigo íntimo e patrocinador do ex-Presidente Armando Guebuza, com quem partilhou a propriedade do capital social da Intelec, empresa que actua domínio das telecomunicações (Moçambique/Dívidas, 2019).

Os dois principais grupos islâmicos acima mencionados diferem não apenas por suas origens étnicas - o Conselho composto amplamente por membros de origem asiática, o Congresso por pessoas de origem africana -, mas também por suas condições económicas e tendências políticas.

Posteriormente, não é de estranhar que ataques de tendência islâmica tenham sido perpetrados por grupos radicais historicamente excluídos do sistema de poder da Frelimo no Norte do país. No dia 5 de Outubro de 2017, o primeiro ataque foi dirigido contra uma esquadra da polícia por um grupo desconhecido de supostos terroristas islâmicos em Mocímboa da Praia, Norte da Província de Cabo Delgado. Este ataque ocorreu perto dos campos de extração de gás de Afungi por sociedades multinacionais como Anadarko, Total, ENI, Exxon, Galp, e assim por diante. Este foi um fato inesperado. Desde então, os ataques continuaram, provocando algumas centenas de mortos (provavelmente perto de 1000). Isto estimulou um debate público que, até agora, se centrou nas causas desta onda inesperada de ataques e não nas contradições demonstradas pelo governo moçambicano na gestão deste fenómeno.

Tal como no primeiro ataque, nos seguintes as instituições moçambicanas, incluindo o exército, foram sempre surpreendidas. Esta é uma situação inexplicável, ainda mais se pensarmos que a zona envolvente aos ataques terroristas se tornou um alvo sensato, devido ao grande investimento em gás aprovado pelo Estado moçambicano (Elliott, 2010). O atraso na decisão final de investimento da Exxon-ENI -em parte devido a estes ataques terroristas- está a provocar graves prejuízos a Moçambique. No entanto, o governo moçambicano continuou a adoptar uma abordagem que deu uma vantagem militar considerável aos rebeldes na província de Cabo Delgado.

Quadro teórico

Um pressuposto epistemológico determinou a opção pelo objeto de investigação aqui apresentado: a necessidade de escapar a uma perspectiva cujo objetivo era estabelecer a(s)

causa(s) de um processo complexo como o terrorismo islâmico em Moçambique, longe de uma perspectiva positivista e mecanicista. Uma abordagem compreensiva tem sido a principal opção epistemológica. Essa abordagem considera um vasto leque de relações entre diferentes atores sociais, segundo uma teoria da ação centrada na identificação da razão de ser, dos interesses, das fraquezas e das contradições de cada participante do jogo social e político (Marini & Singer, 1988; Hedström & Ylikoski, 2010). Pois, a análise do governo moçambicano perante o risco de terrorismo no Norte de Moçambique permitiu evitar especulações de momento não corroborado por evidências sobre a natureza, objetivos, composições e recursos financeiros desses grupos extremistas, cuja identidade permanece desconhecida. Tal abordagem é semelhante à adotada em algumas pesquisas realizadas em outros países africanos sobre terrorismo, que enfatizaram o papel do Estado na luta contra grupos islâmicos radicais (Dowd, 2015), bem como o papel da fragilidade institucional, que contribui para a falta de capacidade para prevenir e gerir eficazmente ataques terroristas (Worcester, 2015).

Coerentemente com a perspectiva epistemológica, o referencial teórico aqui utilizado é o do risco político. Deve ser conceituada como a capacidade de uma entidade (neste caso, um Estado nacional) de fomentar riscos estratégicos, gerindo-os e copiando-os de forma eficaz (Bussotti, 2014). Em África, o risco político tem sido abordado, nos últimos anos, como um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de todo o continente e relacionado com os Investimentos Estrangeiros Diretos (IDE) (Boga, 2019). De acordo com uma pesquisa realizada em 22 países da África Subsaariana, os principais fatores que limitaram a implementação do IDE na África foram corrupção e instabilidade política, além de instabilidade macroeconômica, infraestruturas fracas e assim por diante (Asiedu, 2006). Significa isto que, uma vez que Moçambique se tornou alvo de grandes IDE na exploração de gás, o governo local teve de implementar uma estratégia de prevenção e mitigação de riscos para garantir este investimento estratégico, bem como proteger as populações locais de possíveis ataques terroristas. Além disso, o risco para o IDE, hoje, está mais centrado em ataques terroristas do que em programas de nacionalizações, como ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970 (Jarvis & Griffiths, 2007), e a posição de Moçambique no Índice de Risco na África é muito alta, nos 10 principais países (COFACE, 2018).

Esta perspectiva de prevenção de riscos inserida na gestão de eixos económicos fundamentais é ainda mais interessante se pensarmos Moçambique como um Estado frágil. A fragilidade institucional pressupõe um fator complexo e multidimensional, incluindo dimensões políticas, sociais, económicas, ambientais e de segurança (OCDE, 2018). De acordo com o Índice de Estados Frágeis, Moçambique foi classificado, em 2019, como Estado de Alerta Máximo, sendo um dos piores Estados em termos de desempenho durante a década 2009-2019 para este índice (Fundo para a Paz, 2019). Em particular, para o caso de Moçambique, a fragilidade institucional tem sido associada ao autoritarismo, caracterizado pelas seguintes características: 1.

Centralização do poder nas mãos do Chefe do Estado: em parte decorre da Constituição moçambicana e teve como principal consequência na era Guebuza a exclusão sistemática da oposição, bem como a marginalização da sociedade civil das decisões estratégicas e do controle das ações governamentais (Batley et al., 2006; FDC, 2007); 2.

Redução da liberdade de imprensa e académica (Bussotti, 2015; O'Laughlin, 2014); 3.

Estado patrimonial, permitindo que Guebuza e sua família e acólitos implementassem práticas de enriquecimento pessoal, em detrimento dos interesses públicos (Braathen & Orre, 2011), que orientou pelo menos todas as principais opções estratégicas durante o segundo mandato de Guebuza.

O propósito desta investigação centrou-se em como esta condição de fragilidade e autoritarismo tem influenciado a percepção, prevenção e gestão do risco do terrorismo islâmico por parte do Estado moçambicano. Não é a primeira vez que um frágil Estado africano enfrenta uma ameaça semelhante. Tanto na África Ocidental como no Corno de África ou na África Austral (à qual também pertence Moçambique) vários Estados adoptaram diferentes abordagens a este fenómeno (Lyman, ND). No entanto, a cooperação internacional tanto no campo militar quanto no de inteligência representou uma opção fundamental para enfrentar o terrorismo islâmico. Pelo contrário, Moçambique rejeitou sistematicamente esta opção, até ao início de 2020, altura em que foram contratadas duas empresas de segurança privada para combater os terroristas islâmicos na província de Cabo Delgado.

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa aqui apresentada foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa. As suas principais ferramentas têm sido as seguintes: em primeiro lugar, uma análise bibliográfica do escasso material disponível sobre esta temática, incluindo algumas entrevistas realizadas a vários actores e observadores no local e em jornais internacionais; em segundo lugar, fontes institucionais e testemunhas privilegiadas, a fim de compreender a posição do governo moçambicano em relação ao tema aqui estudado; finalmente, fontes orais privilegiadas pertencentes ao Serviço de Informações de Moçambique (SISE), Exército e Polícia de Moçambique. Uma fonte muito importante foi um pregador muçulmano actualmente a viver em Maputo mas nascido em Nampula, com contactos profundos com grupos islâmicos no Norte de Moçambique. Esta fonte não só disponibilizou informação confidencial, como utilizou a sua rede de contactos no Norte de Moçambique, o que permitiu ter um panorama credível dos movimentos radicais islâmicos na década de 2010, período relevante para esta pesquisa. Além disso, muitas outras fontes informais foram ouvidas, a fim de cruzar as informações coletadas anteriormente.

Todas as fontes orais aceitaram ser entrevistadas sob condição de anonimato, devido

ao tema delicado abordado neste estudo. Pois, num Estado como Moçambique, a abordagem da comunicação do risco é muito confidencial, omitindo regularmente informações importantes aos seus cidadãos. As fontes orais foram previamente informadas de que suas informações seriam utilizadas para a realização de uma pesquisa científica e não para fins políticos.

O Estado da Arte: Abordagens ao Terrorismo Islâmico na Província de Cabo Delgado

São raros os estudos sobre a forma como o governo moçambicano lidou com o terrorismo islâmico, embora o seu número tenha vindo a aumentar nos últimos anos. Alguns estudos realizados por agências e centros de pesquisa internacionais no início da década de 2010 consideravam baixo o risco de uma insurgência islâmica em Moçambique. Pelo contrário, relatórios confidenciais de alguns serviços de inteligência, incluindo o de Moçambique, revelaram que desde a década de 2010 havia uma grande ameaça de extremismo islâmico no Norte de Moçambique.

A primeira análise realizada sob a ótica do risco político foi realizada por dois pesquisadores da Chatham House, instituto inglês de relações internacionais entre os mais prestigiados do mundo (Astill-Brown & Weimer, 2010). Aqui, os autores fizeram uma fotografia de alguns possíveis riscos no Norte de Moçambique, mostrando uma visão demasiado optimista da situação real. Segundo eles, fronteiras porosas, juntamente com "governança fraca e colaboração das elites com redes criminosas transnacionais" poderiam determinar um sério risco de uma insurgência islâmica. Esta afirmação teria sido corroborada por uma importante presença de imigrantes muçulmanos sul-asiáticos no Norte do país, que poderiam utilizar Moçambique como "ponto de passagem" para ações terroristas (Astill-Brown & Weimer, 2010, p.IX). No entanto, este risco foi avaliado como "baixo", devido ao facto de a comunidade islâmica em Moçambique estar intimamente ligada às elites políticas locais. Pois, os autores classificaram como improvável um possível processo de radicalização de muçulmanos também militantes da Frelimo. Astill-Brown pensava que os muçulmanos em Cabo Delgado representavam a Frelimo e eram ricos e empresários, enquanto apenas uma estrita elite desses membros islâmicos em Cabo Delgado reunia tais condições. Todos os outros, pertencentes maioritariamente às etnias Kimwani e Makhwas, eram pobres sem simpatia pela Frelimo e pelo governo moçambicano, em contraste com o Islão oficial do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) e de origem africana. Foi este alargado grupo de muçulmanos, historicamente marginalizados e fora do circuito político e empresarial dominado por indivíduos de etnia Makondes que, em 2017, iniciou ataques armados contra instituições oficiais.

A partir de 2018 outros estudos referiram-se a uma situação diferente. Testemunhas

locais mostraram que os primeiros sinais de um islamismo diferente em Cabo Delgado datariam de 2014-2015, em Mocímboa da Praia. Segundo três líderes islâmicos locais, denominados “Sheik”, jovens que antes praticavam o Islão nas mesquitas tradicionais, entraram repentinamente em contraste com a doutrina oficial muçulmana e com as instituições moçambicanas, ajudados por radicais vindos do Congo, Uganda, Tanzânia e Quênia . Difundiram um Islão diferente, extremista, baseado na imposição da Sharia a todos os povos (Matsinhe & Valoi, 2019). O que é mais interessante para esta pesquisa, é que “as autoridades foram alertadas sobre o fenômeno, mas optaram pela inação e fecharam os olhos, até que foram rudemente despertadas e abaladas em outubro de 2017” (Matsinhe & Valoi, 2019, p. 8). Compreender as razões desta inacção é um dos objectivos do próximo ponto.

Perspectiva semelhante foi compartilhada por outra pesquisa, cujo autor afirmou que o grupo extremista Ahlu Sunnah Wa-Jamo (ASWJ) havia sido formado, em Moçambique, em 2015, chefiado por Nur Adremam e Jafar Alawi, ambos de Mocimboa da Praia e provavelmente influenciada por Aboud Rongo, uma oração muçulmana radical, falecida em 2012 na Somália e com passagem por Moçambique (Swart, 2019). O que Swart apontou é que Moçambique “é considerado um Estado frágil”, carente de “capacidade de contraterrorismo e insurgência, tanto em perícia como em equipamento” (Swart, 2019, p. 11). Segundo Columbo, os fatores de fraqueza mencionados acima induziram os insurgentes a pensar em um novo Estado nacional independente, incluindo o norte de Moçambique e o sul da Tanzânia, sob a lei da Sharia (Columbo, 2019).

A principal tendência nos estudos sobre insurgência em Moçambique considerou as origens do grupo ASWJ, bem como a causa dos ataques como os principais tópicos a serem investigados. No entanto, como afirmou Bonate, é difícil estabelecer as razões que determinaram a insurgência em Moçambique. No entanto, Bonate pensava que a principal razão da insurgência devia ser encontrada na política de grilagem de terras levada a cabo pelo governo moçambicano em aliança com as grandes empresas multinacionais na altura da sua instalação em Cabo Delgado para fazerem o negócio da extracção de gás. Salientou que a terra, para as populações muçulmanas Kimani e Makhwa, sempre desempenhou um papel importante não só do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista espiritual. Apesar das contestações violentas, o governo moçambicano ignorou essas reivindicações, aprofundando um sentimento de exclusão e frustração que envolvia os jovens de Palma e Mocímboa da Praia (Bonate, 2018). Além disso, as tendências políticas opostas entre os representantes do CISLAMO e os jovens muçulmanos de Mocímboa da Praia -que se candidatavam à Renamo ou manifestavam uma idiossincrasia geral contra a Frelimo- poderiam constituir um importante elemento de diferenciação dentro do Islão moçambicano e um sério obstáculo à solução do problema conflito no Norte do país (Bonate, 2019).

Se Bonate sugeriu uma boa dose de cautela ao abordar a insurgência em Cabo Delgado

e suas causas, outros estudos foram mais explícitos ao tentar estabelecer uma relação direta entre fatores socioeconômicos e insurgência. Por exemplo, Habibe, Forquilha e Pereira pensaram que a pobreza e a falta de trabalho representavam o principal motivo para explicar a adesão dos jovens aos grupos extremistas que operam em Mocímboa da Praia (Habibe et al., 2019). Outro estudo procurou investigar as razões sociais e econômicas que levaram alguns dos jovens de Cabo Delgado a aderirem à mensagem dos extremistas islâmicos, formulando uma agenda para uma futura pacificação (Pirio et al., 2018); a pesquisa de Matsinhe e Valoi acima mencionada afirma que os fatores socioeconômicos podem ter uma importância decisiva para ditar a escolha de uma insurgência armada. Apontaram que Cabo Delgado era a pior província moçambicana em termos de ensino pós-secundário (com apenas 0,3% da população local com diploma acadêmico), bem como em termos de frequência escolar em indivíduos entre os 5 e os 25 anos (com apenas 35,% regularmente matriculados na escola). Alguém falou de Cabo Delgado como “Cabo Esquecido” (Matsinhe & Valoi, 2019).

No entanto, esta última abordagem não é decisiva, pois é impossível estabelecer uma relação direta entre pobreza e insurgência, mesmo que a situação socioeconômica possa ser um dos principais fatores para a difusão do terrorismo islâmico. Essa abordagem epistemológica, inserida em uma perspectiva positivista, não consegue explicar a complexidade de um fenômeno com muitas nuances e matizes. Esta é uma das razões pelas quais optamos por ver a insurgência no Norte de Moçambique numa perspectiva diferente, a da avaliação de risco por parte do Estado.

Limites da Percepção do Risco Islâmico em Cabo Delgado pelo Estado Moçambicano

De acordo com o debate internacional anteriormente reportado, o primeiro momento de “crise” do islamismo de Cabo Delgado ocorreu em 2014-2015, quando começaram a operar grandes investimentos no gás. A questão que urge responder é a seguinte: que factores contribuíram para determinar a miopia das instituições moçambicanas face a este fenómeno? E, além disso, a inteligência moçambicana estava completamente no escuro, ou seus alertas aos tomadores de decisão domésticos foram ignorados?

De acordo com as várias testemunhas privilegiadas ouvidas, desde 2010 que o governo moçambicano sempre dispôs de informações suficientes sobre o risco representado pelo extremismo islâmico em Cabo Delgado. o que poderia induzir o governo moçambicano a gerir este risco elevado de acordo com os princípios básicos de prevenção de riscos.

A primeira tentativa de radicalização das províncias de Nampula e Cabo Delgado tinha sido levada a cabo por um importante pregador extremista, Sheik Zuneid, conhecido como

"Grande Zito", que actuava desde 2003. Segundo fontes orais, terá sido provavelmente o primeiro a ter desafiado o Islão oficial por todo o país, mas especialmente em Mocímboa da Praia e Chiurú e na Zona de Expansão da Cidade de Nampula. Big Zito foi expulso do Instituto Hamza da Matola (província de Maputo), instituição islâmica de formação religiosa, mas continuou a pregar em pequenas mesquitas no Norte de Moçambique, antes de regressar à Tanzânia, onde provavelmente se juntou a um grupo radical do Al-Shabaab no distrito de Iringa, no Abdul Aziz College.

Fontes orais confirmaram que a CIA, desde 2010, informou ao SISE que na província de Cabo Delgado o primeiro grupo de jihadistas tinha sido influenciado por alguns líderes religiosos radicais. Em 2012, o CISLAMMO - durante a celebração do 20º aniversário do Acordo Geral de Paz de Roma - revelou a existência de Madrassas em Mocímboa da Praia onde alguns homens estavam a receber treinos militares. Provavelmente, os treinadores eram alguns extremistas da Tanzânia vindos do Abdul Aziz College, onde a doutrinação de um Islã radical estava associada à prática do Karate. No mesmo ano, muitos jovens muçulmanos foram recrutados para ir estudar no Médio Oriente, em particular na Arábia Saudita, mas também em países africanos, como o Egipto e o Sudão. Só na Arábia Saudita os alunos passaram de uma formação académica, enquanto no Egipto e no Sudão a formação centrou-se na área teológica a nível pré-académico. O processo de radicalização encontrou suas primeiras manifestações externas depois que os jovens muçulmanos voltaram a Moçambique, difundindo doutrinas de um Islã novo e purificado, e considerando os demais fiéis como infiltrados do Islã autêntico e, portanto, infiéis. Eles vestiram túnicas pretas, propondo a adoção da Sharia.

O SISE produziu um relatório submetido à Presidência da República -na época Armando Emílio Guebuza, no cargo até 2014-e analisado pelo Conselho de Defesa e Segurança (órgão consultivo subordinado ao Presidente da República). Hoje, o mesmo Presidente do CISLAMMO, Sheik Aminuddin Muhammad, lembrou a atitude de passividade das instituições moçambicanas nos últimos anos, quando o CISLAMMO as informou de um risco consistente de grupos radicais atuarem na Província de Cabo Delgado (Nhampossa, 2020). A conclusão foi que se tratava de um conflito interno dentro do Islã local, de modo que o Estado deveria evitar qualquer intervenção, por causa de sua laicidade. A análise de risco institucional concluiu que esse risco era muito baixo e que não poderia ser considerado uma ameaça estratégica.

Este processo de radicalização sofreu uma aceleração dramática em 2015-2016. O primeiro distrito costeiro a evidenciar manifesta manifestação de radicalismo islâmico foi Macomia, na localidade de Pangane. Aqui, os líderes religiosos proibiram a venda de bebidas alcoólicas, proibindo os alunos de frequentar a escola. Os jornais locais Notícias e Domingo, em 2015, noticiaram que alguns líderes religiosos de Pangane destruíram estabelecimentos comerciais locais, com o apoio de uma parte da população local. Domingo destacou que

Pangane é uma localidade fora do comum, com leis estabelecidas por líderes religiosos islâmicos. Além disso, Domingo afirmou que os muçulmanos locais rejeitaram o chefe local por ser maconde e cristão. O domínio do Islã em Pangane foi confirmado pelo fato de que outras confissões religiosas não encontraram nenhuma expressão ali. Por exemplo, os líderes da Assembleia de Deus tiveram que deixar a região, devido à falta de adeptos.

Em 2016, o cacique local de Quiterajo manifestou complacência em relação a alguns dirigentes muçulmanos, que tinham conseguido provocar a evasão escolar de mais de metade dos alunos da Escola Primária Completa de Pequeué, que passaram a frequentar a escola nas Madrassas locais.

A população local tentou responder à difusão do radicalismo islâmico. Em Outubro de 2016, alguns habitantes da aldeia de Coglo, no posto administrativo de Mucojo, destruíram uma mesquita de tendência radical, acusando os seus dirigentes de serem fundamentalistas e de violarem os princípios do Islão. Em Dezembro do mesmo ano, as autoridades locais do distrito de Macomia assinalaram a presença de membros do Al-Shabaab no local, convidando a população a rejeitar tais ideias e dirigindo um alerta às autoridades nacionais no sentido de combaterem firmemente este grupo.

O primeiro ataque realizado por esse grupo ocorreu em Intutupué, em julho de 2016, contra uma mesquita. Este ataque foi relatado ao SISE e ao governo local por Saide Bacar, um líder muçulmano membro do CISLAMO.

Houve uma separação entre os membros da ala islâmica moderada do CISLAMO e uma nova seita que estava a penetrar em alguns distritos de Cabo Delgado. Esta seita foi criada no Quênia, onde tentaram construir um califado local. Depois que as autoridades quenianas expulsaram muitos membros desta seita, eles conseguiram abrigo na Tanzânia (Zanzibar). Aqui também, as autoridades locais os expulsaram; foi apenas em Cabo Delgado que este grupo encontrou um solo fértil para a ação.

Ao mesmo tempo, as autoridades moçambicanas identificaram duas outras possíveis ameaças. O primeiro era representado pelo tradicional inimigo do governo, a Renamo. A segunda foi uma nova ameaça de alguns supostos piratas somalis atuando na costa de Cabo Delgado. Eram simples pescadores somalis fugidos da guerra da Somália e que realizaram os primeiros ataques a barcos no Norte de Moçambique. Eles não estavam ligados a projetos radicais. Assim surgiu uma nova ideia: a necessidade de uma protecção marinha da costa moçambicana. Foi nomeada uma comissão multissetorial. Era chefiada pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), que constituiu em 2007 uma nova empresa pública, a Monte Binga, sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional, conforme adiante se explica.

Este foi o momento central para o Estado moçambicano dirigir a sua atenção política bem como os seus recursos financeiros para uma das ameaças emergentes:

1. Piratas da Somália; 2.

Renamo; 3.

terroristas islâmicos no norte do país.

As opções erradas e suas consequências

O clima político durante o segundo mandato de Guebuza, de 2009 a 2014, foi um elemento decisivo para entender porque o governo moçambicano falhou em identificar o risco mais grave entre os três aqui considerados.

Guebuza tem sido considerado o Chefe de Estado mais autoritário após a introdução de um sistema democrático em Moçambique na década de 1990, bem como uma figura política capaz de construir um império empresarial graças à sua posição institucional (Hanlon & Mosse, 2010). Desde a sua primeira campanha eleitoral, propôs uma ideologia nacionalista, centrada no conceito de soberania e orgulho moçambicano (Brito, 2009), com uma rápida aproximação à China e a outros países não democráticos, como o Vietname, a Rússia e alguns Estados africanos, como bem como com novos players internacionais como Índia e Brasil, esfriando as relações com os países ocidentais (Anthony, 2015; Bussotti & Macamo, 2018). Durante o seu segundo mandato, Guebuza acentuou a sua estratégia de segurança, procurando ameaças que pudessem facilitar o seu projeto autoritário, definido por alguém como uma tentativa de “fascização” do país (Rocha, 2014).

Partindo desta estratégia de segurança, Guebuza definiu dois grandes campos de actuação interligados: 1) garantir a segurança nacional a Moçambique, sobretudo no domínio marítimo, no Canal de Moçambique, tradicionalmente patrulhado por navios militares sul-africanos e franceses e onde a pirataria somali era realizando numerosos ataques; 2) garantir a mesma segurança no que diz respeito à estabilidade política, deixando de lado o seu tradicional inimigo, Dhlakama, e o seu partido, a Renamo.

Todas as análises de risco desenvolvidas pelas instituições moçambicanas entre 2009 e 2014 foram profundamente influenciadas por esta estratégia autoritária e pessoal de Guebuza. Este é um comportamento típico de um Estado frágil, em que o “chefe” é dominante em comparação com as instituições democráticas. Além disso, Guebuza aumentou a tendência patrimonial do Estado moçambicano, com grande sede de enriquecimento para a própria família, juntamente com os seus acólitos (Reid, 2018).

1.

Segurança Marítima, especialmente relacionada com o Canal de Moçambique e a pirataria Somali. O fenómeno da pirataria somali no Canal de Moçambique remonta a cerca de 2006-2007.

Desde 2006-2007, um aumento significativo da atividade de pirataria foi detectado em todo o mundo. No entanto, entre 2013 e 2015 o número de ataques caiu, graças a uma relevante vigilância de segurança marítima (Gico Jr, 2016). A SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) aprovou em Luanda, em 2011, uma estratégia adequada para a defesa dos recursos marítimos, conhecida como Estratégia de Segurança Marítima da SADC. Ainda assim, ataques diretos contra um Estado-membro ou a região como um todo foram avaliados como “uma possibilidade muito remota” (Coelho, 2013: 6). Prinvest construção naval para a pesca do atum e patrulhamento do Canal de Moçambique. Os dois bancos envolvidos neste esquema foram o russo VTB -que, em 2020, apresentou uma ação contra Moçambique- e o Swiss Credit, cujos funcionários tiveram um papel ativo no desenvolvimento do esquema de corrupção. Como resultado final, Moçambique não tinha nenhum barco capaz de patrulhar o Canal de Moçambique. Os países ocidentais que sustentavam o orçamento moçambicano directamente através de uma iniciativa de Apoio ao Orçamento já não ajudavam Moçambique, e muitos altos burocratas do SISE, bem como políticos moçambicanos e familiares de Guebuza foram presos em todo o mundo por corrupção internacional. Neste caso, uma potencial ameaça transformou-se num esquema internacional de corrupção e enriquecimento individual, pauperizando o orçamento público moçambicano e, conseqüentemente, o povo moçambicano, enquanto a família de Guebuza continuava a enriquecer.

2.

Instabilidade política. A outra suposta ameaça que Moçambique enfrentou nos últimos anos do governo de Guebuza foi identificada com a Renamo. Historicamente, a Renamo representou o inimigo tradicional do governo moçambicano, pois, imediatamente após a obtenção da sua independência política, a Renamo iniciou uma guerra civil com a ajuda financeira da Rodésia de Ian Smith e, portanto, do regime de apartheid sul-africano. Esta guerra destruiu o condado. Depois de obter um Acordo Geral de Paz em Roma em 1992, a Renamo transformou-se em partido político, embora mantendo o seu próprio exército. A Renamo participou em todas as eleições gerais, desde as primeiras em 1994. Este partido obteve bons resultados e provavelmente venceu as eleições gerais de 1999, apesar dos resultados oficiais (Hanlon, 2010). A Frelimo sempre considerou a Renamo como uma “intrusa” na vida moçambicana e, sobretudo no governo de Guebuza, foi identificada como a principal ameaça política para o país. Assim, muitos representantes da Renamo foram detidos sem qualquer base legal, como é o caso do seu porta-voz, Muchanga (Martins, 2014).

Na verdade, a única ameaça constituída pela Renamo era a sua vitória eleitoral contra a Frelimo, e a consequente clivagem do sistema de poder da Frelimo, uma vez que a Renamo não tinha possibilidade nem vontade de retomar a guerra. Ainda assim, Guebuza conseguiu transmitir a ideia de que Dhlakama e a Renamo representavam uma verdadeira ameaça para o país, impondo esta linha ao seu partido, a Frelimo, e ao governo que liderava. O líder da Renamo mudou-se primeiro de Maputo para Nampula, e assim para a Gorongosa (província de Sofala), onde estabeleceu o seu quartel-general. No dia 21 de Outubro de 2013, as forças militares moçambicanas atacaram o quartel-general de Dhlakama na Gorongosa, obrigando-o a encontrar um novo abrigo. Desde esta data, toda a actividade do SISE foi direccionada para “caçar” Dhlakama, transformando-o na mais grave ameaça para Moçambique, também depois disso foi assinado um novo Acordo de Paz entre Guebuza e Dhlakama, e novas eleições gerais foram celebradas em 2014. A Renamo -que não reconheceu os resultados, devido a fraudes significativas- obteve bons resultados, incluindo a maioria eleitoral em muitas Províncias do Norte, como Nampula, Tete, Zambézia e Sofala. Perante estes resultados, Dhlakama iniciou uma campanha por todo o Moçambique, pedindo um processo de profundas reformas institucionais e reivindicando para todas as províncias em que a Renamo havia vencido, mas sem resultados significativos. O Presidente de uma Província, naquela época, era nomeado pelo Chefe de Estado, independentemente do resultado eleitoral; assim, o novo Presidente, Nyusi, sucessor de Guebuza, indicou para o cargo de Presidente de todas as Províncias figuras pertencentes à Frelimo. Dhlakama foi obrigado a regressar ao seu quartel-general em Sofala, onde faleceu em 2018, dia 3 de maio. Esta breve descrição mostra como Guebuza orientou a actividade do SISE, bem como da polícia e do exército para um inimigo e ameaça “inventada”, a Renamo. Tornou-se impossível dar atenção e assim gerir a outra, gravíssima ameaça vinda de Cabo Delgado, pois não ameaçava o poder da Frelimo e de Guebuza nem era atractiva em termos de esquema patrimonial.

ISSN 2029-6932 (Impresso) ISSN 2538-712X (Online)

<https://doi.org/10.33225/pmc/20.15.09>

Conclusões

A análise aqui apresentada demonstrou como um Estado frágil como Moçambique lidou com uma gravíssima e nova ameaça, o terrorismo islâmico numa província do Norte do país. A fragilidade do Estado moçambicano surgiu quando as autoridades locais tiveram de aferir três possíveis riscos. O critério que orientou o cálculo e gestão do risco nada teve a ver com razões estratégicas e preocupações institucionais. Aliás, o tão alardeado interesse nacional defendido por Guebuza transformou-se em oportunidades para acentuar a sua tendência para o autoritarismo (no caso da ameaça da Renamo) e para o enriquecimento pessoal e familiar (no caso da segurança marítima no Canal de Moçambique), negligenciando o risco representada pelo terrorismo islâmico, capaz de desestabilizar todo o país. Um risco que era bem conhecido, graças à actividade do SISE bem como às informações vindas de islamistas

moderados que o governo recebia pontualmente desde 2010-2011.

Além disso, a experiência de países da África Oriental como o Quênia pode demonstrar que a cooperação militar e de inteligência internacional - no caso do Quênia com os EUA - desempenhou um papel decisivo na luta contra o terrorismo islâmico. Após os atentados de 1998 contra a embaixada americana em Nairóbi, a polícia queniana foi treinada pelo Serviço de Inteligência de Segurança Nacional dos EUA e, em 2003, o Quênia estabeleceu uma série de unidades antiterroristas que se tornaram referência para todos os países da África Oriental. Moçambique poderia aprender com a lição do Quênia (e da Tanzânia); no entanto, o governo moçambicano não considerou o terrorismo islâmico como uma ameaça consistente, deixando que o extremismo religioso se espalhasse por todo o norte do país, em particular na província de Cabo Delgado.

Um aspecto interessante que essa pesquisa apontou é essa fragilidade como principal determinante para a gestão institucional do risco. Como ficou claro ao longo da pesquisa, Guebuza tinha um projeto pessoal de manutenção do poder por meio de uma reforma constitucional. Foi apenas graças a uma oposição interna dentro da Frelimo que este projeto não pôde ser realizado. No entanto, esta influência foi exercida sobretudo durante o processo de decisão da sucessão, mais do que ao longo da governação de Guebuza. Aqui, o poder de Guebuza não foi atenuado pela intervenção da Frelimo, assim como os poderes institucionais que deviam contrabalançar as decisões do Chefe de Estado. A este respeito, a fragilidade desempenhou um papel decisivo na prevenção e gestão do risco: Guebuza encontrou um espaço fértil e livre para impor o seu ponto de vista e a sua concepção de risco-país a todas as outras instituições. Esta condição de fragilidade institucional aliada à debilidade da sociedade civil moçambicana, foi decisiva para influenciar as opções políticas estratégicas em Moçambique até hoje. E a subestimação do terrorismo islâmico em Cabo Delgado, atualmente fora de controle, é apenas a mais visível entre essas consequências estratégicas.

Referências

ACN International (2018). Religious freedom in the world. Report 2018. Königstein (Germany): ACN International. https://religious-freedom-report.org/wp-content/uploads/2018/11/ENGLISH_RFR2018_low.pdf

Anthony, R. (2015). China and Mozambique: From comrades to capitalists. *Politikon*, 42(3), 431-432. <https://doi.org/10.1080/02589346.2015.1105386>

Asiedu, E. (2006). Foreign investment in Africa: The role of natural resources, market size, government policy, institutions and political instability. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.717361>

- Astill-Brown, J., & Weimer, M. (2010). Mozambique. Balancing, development, politics and security. Chatham House.
- Batley, R., Bjørnstad, L., & Cumbi, A. (2006). Mozambique county report. University of Birmingham. <https://www.oecd.org/countries/mozambique/43867765.pdf>
- Boga, S. (2019). Determinants of foreign direct investments: A panel data analysis for Sub-Saharan Countries. *Emerging Market Journal*, 9(1), 80-87.
<https://doi.org/10.5195/emaj.2019.175> ISSN 2029-6932 (Print) ISSN 2538-712X (Online)
- Bonate, L. (2007). Islam and chiefship in Northern Mozambique. *ISIM Review*, 19, 56-57.
- Bonate, L. (2018). Islamic insurgency in Cabo Delgado: Extractive industry, youth revolt and global terrorism in Northern Mozambique.
https://www.academia.edu/38523976/Islamic_Insurgency_in_Cabo_Delgado_Extractive_Industry_Youth_Revolt_and_Global_Terrorism_in_Northern_Mozambique_A_Hypothesis
- Bonate, L. (2019). Why the Mozambican's government alliance with the Islamic Council of Mozambique might not end the insurgency in Cabo Delgado. *Zitamar News*, 14/06/2019.
<https://zitamar.com/mozambican-governments-alliance-islamic-council-mozambique-might-not-end-insurgency-cabo-delgado/>
- Brito, L. de (2009). Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais [Political Discourse and poverty in Mozambique: An analysis of three presidential discourses].
- Conference Paper N. 8. IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP8_2009_Brito.pdf
- Braathen, E., & Orre, A. (2011). Can a Patrimonial State survive? The case of Mozambique. *Forum for Development Studies*, 28(2), 199-239.
<https://doi.org/10.1080/08039410.2001.9666169>
- Bussotti, L. (2014). The risk of current political risk management. *Problems of Management in the 21 st Century*, 9(3), 170-172.
- Bussotti, L. (2015). Media freedom and the transition era in Mozambique: 1999-2000. In: Bussotti, L., Barros, M., & Grätz. (Eds.). *Media freedom and right to information in Africa*, (pp. 45-71). Lisbon: CEI-ISCTE. <https://books.openedition.org/cei/145>

Bussotti, L., & Macamo, E. (2018). A cooperação bilateral Brasil-Moçambique, com enfoque especial na Área da Defesa [The bilateral cooperation Brazil-Mozambique, with a special emphasis in the area of defense]. *Cadernos de Estudos Africanos*, 36, 113-136.

<https://journals.openedition.org/cea/3243>

Coelho, J. P. B. (2013). African approach to maritime security: Southern Africa. Friedrich Ebert-Stiftung.

COFACE (2018). Political risk in Africa: The temperature is rising.

<https://www.coface.com/News-Publications/Publications/Political-risks-in-Africa-the-temperature-is-rising>

Columbo, E. (2019). Northern Mozambique at a crossroad. CSIS.

Dowd, C. (2015). Grievances, governance and Islamist violence in sub-Saharan Africa. *The Journal of Modern African Studies*, 53(4), 505-531.

<https://doi.org/10.1017/S0022278X15000737>

Elliott, S. (2020). Delay to Rovuma LNG latest setback for Mozambique LNG sector. S&P Global. <https://www.spglobal.com/platts/en/market-insights/latest-news/natural-gas/040920-delay-to-rovuma-lng-latest-setback-for-mozambique-lng-sector>

FDC (2007). Mozambican civil society within: Evaluation, challenges, opportunities and actions. FDC/CIVICUS. https://www.civicus.org/media/CSI_Mozambique_Country_Report.pdf

Fund for Peace (2019). Fragile States Index. <https://fragilestatesindex.org/>

Gico, Jr., I.T., & De Souza Delgado, J. (2016). Pirataria marítima: da segurança da navegação à responsabilidade do transportador internacional de mercadorias [Maritime piracy: From security in navigation to the responsibility of the international carrier of goods]. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFGS*, 116-143.

Habibe, S. Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique [Islamic radicalization in Northern Mozambique].

Cadernos IESE, 17/2019. IESE. http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf

Hanlon, J. (2010). Frelimo landslide in tainted elections in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 37(123), 92-95. <https://doi.org/10.1080/03056241003638019>

Hanlon, J., & Mosse, M. (2010). Mozambique's elite – Findings its way in a globalized world and returning to old development models. UNU-WIDER.

<https://www.rrojasdatabank.info/wp2010-105.pdf>

Hedström, P., & Ylikoski, P. (2010). Causal mechanisms in the social sciences. *Annual Review of Sociology*, 36(1), 49-67. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102632>

Jarvis, D., & Griffith, M. (2007). Learning to fly: The evolution of PR analysis. *Global Society*, 21(1), 5-21.

Luca BUSSOTTI, Charles TORRES. The risk management of Islamic terrorism in a fragile state: The case of Mozambique ISSN 2029-6932 (Print) ISSN 2538-712X (Online)
<https://doi.org/10.33225/pmc/20.15.09>

Lyman, P. N. (ND). The war on terrorism in Africa.
https://www.cfr.org/content/thinktank/Lyman_chapter_Terrorism.pdf

Marini, M. M., & Singer, B. (1988). Causality in the social sciences. *American Sociological Association*, 18, 347-409.

Martins, M. (2014). Moçambique: porta-voz da Renamo já em liberdade [Mozambique: Renamo spokesperson now free]. RFI. <http://www.rfi.fr/pt/africa/20140819-mocambique-porta-voz-da-renamo-ja-em-liberdade>

Mast Intelligence (2017). Piracy threat in the Mozambique channel increases as operation copper is reduced to an electronic listening operation. http://www.mast-security.com/i/Downloads/Op_Copper_Intrep.pdf

Matsinhe, D., & Valoi, E. (2019). The genesis of insurgency in Northern Mozambique. Pretoria: Institute for Security Studies. <https://issafrica.org/research/southern-africa-report/the-genesis-of-insurgency-in-northern-mozambique>

Moçambique/Dívidas: empresário Salimo Abdula admite “grande decepção” se caso afetar ex-PR [Mozambique/Debts: Bussinessman Salimo Abdula admits “great disappointment” if the case affects the former PR].

Morier-Genoud, E. (2007). A prospect of secularization? Muslims and political power in Mozambique today. *Journal for Islamic Studies*, 27, 240-275.
<https://doi.org/10.4314/jis.v27i1.39936>

Nhampossa, A. (2020). Governo não ligou aos avisos – sheik Aminuddin [Government did not give importance to the warnings – sheik Aminuddin].

Savana, 17/04/2020.

Nhaueleque, L. A. (2018). Os Direitos Humanos nas Constituições de Moçambique [Human Rights in Mozambican Constitutions]. In: Bussotti, L., & Castiano, J.P. (Eds.). Participação da juventude e das mulheres nos processos eleitorais [Participation of youth and women in the electoral processes] (pp. 105-126). OXFAM Moçambique.

OECD (2018). States of Fragility 2018. Paris: OECD. https://www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/docs/OECD%20Highlights%20documents_web.pdf

O'Laughlin, B. (2014). The political peril of criminalising academic freedom in Mozambique. Pambazuka. <https://www.pambazuka.org/activism/political-perils-criminalising-academic-freedom-mozambique>

Pirio, G., Pittelli, R., & Adam, Y. (2018). The emergence of violent extremism in Northern Mozambique. African Center for Strategic Studies. <https://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/>

Reid, C. (2018). Mozambique: The anatomy of corruption. The Africa Report, 26/06/2018. <https://www.theafricareport.com/607/mozambique-the-anatomy-of-corruption/>

Rocha, J. M. (2014). Guebuza está a querer fascistizar o país. [Guebuza is aiming at getting Mozambique fascist] Público, 02/03/2014. <https://www.publico.pt/2014/03/02/mundo/entrevista/deixaram-crescer-as-plantas-e-agora-querem-cortar-1626313>

Swart, J. (2019). Countering Ahlu Sunnah Wa-Jamo (Al-Shabaab) Insurgency in Mozambique. ITCT. Thomaz, O. R. (2008). "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista ["Slaves without master": The social experience of the work fields in Mozambique during the Socialist period].

Revista de Antropologia, 51(1), 177-214. <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/106048/1/2-s2.0-84859519439.pdf>

Worcester, M. (2015). Combating terrorism in Africa. ISPSW. https://www.files.ethz.ch/isn/50103/Combating_Terrorism_Africa.pdf